

A presença dos grupos minoritários na universidade: uma revisão de literatura

Gustavo dos Santos Souza, Mg.^a

Universidade Católica Dom Bosco, Brasil

Eveli Freire de Vasconcelos, Ph. D.^b

Universidade Católica Dom Bosco, Brasil

Carlos Magno Naglis Vieira, Ph. D.^c

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

 gustaucdb@gmail.com

Resumo

Vinculado ao projeto de pesquisa «Qual universidade salesiana para os jovens de hoje?: ouvindo a voz dos alunos», parceria entre instituições salesianas da América Latina, o artigo é fruto de um mapeamento de produções realizadas em bases de dados do Brasil, que busca a discussão, a escrita e os olhares que foram produzidos, no período de 2018 a 2021, em pesquisas acadêmicas cuja a temática está voltada aos grupos minoritários que estudam em instituições de ensino superior. O artigo evidencia que ao problematizar os grupos minoritários no ensino superior, as discussões, os debates e os enfrentamentos para a construção de um espaço de diálogo, autonomia e respeito são fatores sempre presentes, pois são elementos de um posicionamento político que busca a qualidade do acesso e da permanência.

Palavras-chave

Grupos minoritários; Universidade; Brasil; revisão de literatura.

Tesouro

Dicionário de Ciências Sociais da Unesco.

Para citar este artículo

Souza, G., de Vasconcelos, E. F., & Vieira, C. M. N. (2024). A presença dos grupos minoritários na universidade: Uma revisão de literatura. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 22(1), 1-19.

<https://doi.org/10.11600/ricsnj.22.1.5877>

Historial

Recibido: 07.02.2023

Aceptado: 21.07.2023

Publicado: 21.12.2023

Información artículo

Este artículo resultado de la investigación titulada: «¿Qué universidad salesiana para los jóvenes de hoy?: escuchando las voces de sus estudiantes», que inició en abril de 2021 y culminó su primera fase en diciembre de 2021, pero continúa desarrollándose. **Área:** sociología. **Subárea:** educación.

Presence of minority groups at university: A literature review

Abstract (analytical)

Linked to the research Project «What salesian university for today's youth?: Listening to the voices of its students», a partnership between Salesian institutions in Latin America, the article is the result of a mapping of productions carried out in databases in Brazil, which seeks the discussion, writing and views that were produced, from 2018 to 2021, in academic research whose theme is focused on minority groups studying in higher education institutions. The article shows that when problematizing minority groups in higher education, discussions, debates and confrontations for the construction of a space for dialogue, autonomy and respect are always present factors, as they are elements of a political position that seeks the quality of the access and permanence.

Keywords

Minority groups; University; Brazil; Literature Review.

La presencia de grupos minoritarios en la universidad: una revisión de la literatura


Resumen (analítico)

Vinculado al proyecto de investigación «¿Qué universidad salesiana para los jóvenes de hoy?: escuchando las voces de sus estudiantes», una asociación entre instituciones salesianas de América Latina, el artículo es el resultado de un mapeo de producciones realizadas en bases de datos de Brasil, que busca la discusión, la escritura y las miradas que se han producido, en el período de 2018 a 2021, en investigaciones académicas cuyo tema está dirigido a los grupos minoritarios que estudian en instituciones de educación superior. El artículo evidencia que, al problematizar los grupos minoritarios en la educación superior, las discusiones, los debates y los enfrentamientos para la construcción de un espacio de diálogo, autonomía y respeto son factores siempre presentes, ya que son elementos de una posición política que busca la calidad del acceso y la permanencia.

Palabras clave

Grupos minoritários; universidad; Brasil; revisión de literatura.

Información autores

(a) Doutorando no Programa de Pós Graduação em Educação, UCDB.  0000-0002-0727-7980. H5: 0. Correio eletrônico: gustaucdb@gmail.com

(b) Possui Mestrado (2005) e graduação (1994) em Psicologia, UCDB.  0000-0001-5140-760X. H5: 5. Correio eletrônico: rf6967@ucdb.br

(c) Possui graduação em História (2005), Pedagogia (2018), Mestrado em Educação (2008) e Doutorado em Educação (2015), Universidade Católica Dom Bosco.  0000-0003-4004-4836. H5: 0. Correio eletrônico: carlos.vieira@unir.br

Introdução

O cenário educacional brasileiro, no período de 2019 a 2022, sofreu com tensões, ataques e inúmeros conflitos. Palavras como privatização, teocratização, balbúrdia e militarização aterrorizam constantemente a educação brasileira e colaborou para um retrocesso de políticas públicas já consolidadas, como o Exame Nacional do Ensino Médio, o corte as bolsas de pesquisas e paralisação de projetos educacionais voltados a Educação do Campo e a Educação Escolar Indígena. A perseguição a professores universitários e a guerra ideológica as universidades federais foram elementos que emergiram durante esse tempo de governo. A grave crise sanitária da covid-19, que marcou o mundo e o Brasil, contribui para apresentar de forma mais detalhada a desigualdade educacional nacional.

Mesmo diante desse contexto que oprime e desconsidera todas as conquistas realizadas ao longo do período mencionado, observamos um leve crescimento no número de estudantes na Educação Básica, mais precisamente na Educação Infantil. Esse pequeno, mais considerável resultado, vem ao encontro de ações realizadas pelo governo e das exigências do Plano Nacional de Educação (2014-2024) que organiza as políticas públicas na área de Educação e lança estratégias, metas e planos para o futuro da educação nacional. Levando em conta os números publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, aproximadamente, 28 % da população jovem brasileira havia concluído o ensino médio.

O número é pequeno considerando o quantitativo de jovens que abandonam as salas de aula para ingressar no mercado de trabalho. Em 2010, o próprio IBGE sinalizava uma projeção de crescimento significativo de evasão escolar, principalmente pela necessidade do primeiro emprego. Ainda, em consonância com os dados apresentados pelo IBGE (2010), a evasão escolar é maior entre os estudantes pretos e pardos.

Ao lançar nossos olhares para a realidade dos jovens brasileiros no ensino superior, objetivo deste artigo, observamos que o acesso à universidade, ainda é restrito. O estudo de Ana Maria Nogales Vasconcelos (2016), no texto *Juventude e Ensino Superior no Brasil*

mostra que os estudantes ao finalizar o ensino médio, não chegam aos bancos das instituições, acabam realizando outros caminhos de vida. Diante dessa realidade, os baixos números de matrícula de jovens nas instituições de ensino superior, público e privado, é evidente. Nessa discussão, Vasconcelos (2016) registra que «o difícil acesso ao ensino superior público e a falta de recursos para a frequência em instituições privadas são certamente obstáculos para a continuidade dos estudos entre esses jovens» (p. 127).

Não sendo otimistas, observamos que apesar da dificuldade desses jovens cursarem o ensino superior, nos últimos anos uma presença tímida de acadêmicos que marcam e produzem uma diferença tem entrado e circulado nos cursos de graduação e pós-graduação presencial das universidades brasileiras. Seja por programas de ações afirmativas, projetos diferenciados ou incentivo político financeiro para as instituições privadas, como o Programa Universidade para Todos, essa é uma realidade que vem conquistando espaços (Lima, 2018; Lisboa & Neves, 2019; Russo & Diniz, 2020). Em outras palavras, podemos mencionar que as inúmeras identidades e culturas nacionais ou regionais tem sido mais constante no ambiente universitário.

As diferentes culturas, línguas e corpos que circulam pelas universidades contribuem para a formação de um espaço mais colorido, plural, com diferentes vozes, lógicas, pensamentos e inúmeros modos de ser. São sujeitos negros, indígenas e LGBT que juntos, além do trânsito no ambiente universitário, trazem consigo outros saberes, conhecimentos e diferentes movimentos de ver e estar no mundo. A afirmação ganha mais sentido no momento em que os números do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apresentam seus dados sobre as matrículas universitárias. De acordo com os dados do INEP (2018), relacionados a educação superior, no período de 2017 a 2018, o número de matrículas de negros e índios nos cursos de graduação das instituições de ensino superior, se aproximam a 40 % de acadêmicos. Desse quantitativo, os números mais expressivos de matrículas correspondem aos acadêmicos negros, estudantes do ensino noturno e matriculado em algum curso de graduação, na área de Ciências Humanas e Sociais.

Nesse contexto brasileiro, ainda precisamos registrar a presença desses acadêmicos que estão cursando suas graduações no modelo da educação à distância. Uma experiência que tem contribuído para alterar o ensino universitário, pois a cada ano, números novos de estudantes matriculados tem sido frequente. Ainda no cenário nacional, os números de matrículas dessas diferenças nos programas de pós-graduação têm aumentado significativamente, principalmente nos últimos anos onde as políticas afirmativas têm ganhado

força na pós-graduação, especialmente nas universidades federais, em razão da *Lei de Cotas Sociais*, instituída como Lei n.º 12 711 (República Federativa do Brasil, 2012) que garante no,

Art. 1º. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50 % (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 3º. Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em razão, dessas diferentes identidades e culturas que estão matriculadas nas instituições de ensino superior do país, públicas e privadas, muitas pesquisas, discussões, escritas e olhares têm sido produzidos no cenário acadêmico nacional. Nesse sentido, partindo de uma experiência de trabalho, pesquisa e extensão no Observatório da Juventude da Universidade Católica Dom Bosco e de diálogos com pesquisadores da América Latina, mais precisamente de instituições católicas salesianas do Brasil, Chile, El Salvador e Equador, por meio do projeto de pesquisa *¿Qué universidad salesiana para los jóvenes de hoy?: escuchando las voces de sus estudiantes*,¹ iniciamos um mapeamento de produções em inúmeras bases de dados no Brasil, no sentido de verificar as diferentes escritas acadêmicas realizadas sobre o assunto e, posteriormente, apresentar e no futuro, realizar uma análise, mais sistemática dos conteúdos presentes nesses trabalhos.

Ainda, nessa discussão, entendemos que o mapeamento realizado nos auxilia a «rever e experimentar outros pensamentos que construímos nossas metodologias» (Meyer & Paraíso, 2014, p. 17), para não ficar «de fora» e nem «por fora» do que já foi dito e escrito (Paraíso, 2014).

Esse modelo de pesquisa, conhecido como estado do conhecimento, além de proporcionar uma visibilidade do que vem sendo construído e elaborado de pesquisa no Brasil,

¹ O projeto de pesquisa coordenado pela Universidade Católica Silva Henríquez, do Chile, no período de 2021-2024, busca investigar quem são os jovens acadêmicos matriculados nas instituições católicas salesianas dos países envolvidos.

com relação à proposta selecionada, destaca e aponta questões fundamentais de uma diversidade de epistemologias que são produzidas ao longo de um processo. Esses trabalhos, muitos deles, frutos de pesquisas desenvolvidas, circulam em diferentes periódicos acadêmicos no decorrer dos anos. Porém, é importante evidenciar que muitas produções sobre o assunto se fazem presentes em livros, dissertações e teses. Ainda nessa discussão, entendemos que o,

Estado do conhecimento é a identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. (Morosini & Fernandes, 2014, p. 155, grifo nosso)

A partir de um levantamento, ainda que de forma preliminar, realizado em diferentes bases de dados, com um recorte específico para pensar a juventude, a diferença no contexto da universidade, podemos registrar que alguns dos trabalhos produzidos nos últimos anos foram realizados tendo como foco o estado do conhecimento, entre eles destacam a produções dos autores: Hammes *et al.* (2020), Souza *et al.* (2019).

O estudo e os escritos aqui apresentados são uma primeira aproximação, ainda de caráter exploratório sobre o assunto em questão. Trata-se de uma tentativa dos autores em aproximar melhor do contexto da pesquisa e, possivelmente levantar algumas situações que podem ser evidenciadas, trabalhadas, discutidas e analisadas ao longo do desenvolvimento no projeto de pesquisa, em questão.

Os caminhos necessários para o mapeamento e as primeiras aproximações de uma análise

Realizar um trabalho de levantamento bibliográfico não é uma tarefa fácil, exige tempo e atenção dos pesquisadores com relação aos critérios utilizados, pois na busca por uma seleção aleatória é possível correr o risco de excluir ou silenciar algumas pesquisas produzidas. É importante deixar registrado que o estado do conhecimento, permite aos pesquisadores uma melhor compreensão do campo de pesquisa, pois realizar uma revisão das produções acadêmicas (teses, dissertações, capítulos de livros e artigos em periódicos), significa mergulhar na temática, analisar e separar «conceitos, ferramentas teóricas e significados que nos é útil para operarmos sobre o nosso material» (Paraíso, 2014, p. 36).

Na busca da produção de dados para os objetivos iniciais do projeto de pesquisa, em desenvolvimento, os autores realizaram, no primeiro semestre de 2021, um levantamento de 131 produções, no período de 2017 a 2020, vinculados nas respectivas bases de dados, como: Redalyc, SciELO e Scopus. Para o levantamento de dados selecionamos como descritores palavras como: jovens, juventude, universidade, ensino superior, acadêmicos universitários, entre outros. No período de dois meses de trabalho, nas bases de dados, foram levantados produções acadêmicas que correspondem a temas voltados para as questões que cercam o contexto da juventude e a universidade no Brasil. Dentre as principais temáticas encontradas destacamos alguns assuntos.

Tabela 1

Temas encontrados sobre juventude e universidade

Assuntos levantados
Juventude e Trabalho
Desigualdade de Jovens
Políticas de Cotas
Juventude e Política
Saúde Mental do Jovem Universitário
Evasão Escolar de Jovens Universitários
Juventude e Violência
Juventude e Religião
Invisibilidade da Juventude

O alto número de produções fez com que elaborássemos critérios para uma seleção em torno de uma discussão com relação a temas que se fazem presentes no cenário da universidade. Por esse motivo, e ainda, amparados pelas experiências de pesquisas dos autores, optamos por uma possível análise, somente das produções cujos temas envolvem diretamente a presença da diferença na universidade.

Enquanto pesquisadores, precisamos evidenciar que, além dos trabalhos produzidos nos periódicos levantados, os autores realizaram um mapeamento desse assunto no banco de teses e dissertações da Capes, nesse mesmo período mencionado anteriormente, porém, a análise desse material será trabalhada em outro momento pelos autores.

O número de periódicos no país é algo que vem crescendo consideravelmente a cada ano, principalmente se considerarmos os relatórios produzidos pela Capes sobre as avaliações dos programas de pós-graduação no Brasil. Por esse motivo, que se faz necessário

destacar que o tempo de levantamento dos artigos nos periódicos acadêmico ocorreram em «alguns momentos de forma intensa, e em outros pausadamente, para que houvesse um momento de descanso nas percepções viciadas a partir de um único olhar, para que nossa visão não fosse traída pelo cansaço ou mesmo por percepções atravessadas» (Vieira & Abreu, 2021, p. 6).

Sobre o tema em discussão, a diferença na universidade, os descritores utilizados para o mapeamento dos artigos nas respectivas bases de dados, se deram em torno do conceito de diferença e cultura no espaço universitário. Para isso, foram selecionados artigos voltados a uma discussão que permeavam questões envolvendo a presença dos índios, negros e LGBT na universidade. A utilização desses descritores permitiu o encontro e a seleção de 20 produções nas três bases de dados. Esses artigos mapeados, foram organizados e podem ser assim descritos: Base de dados da Scopus (14 artigos); base de dados do Redalyc (4 artigos) e base de dados do SciELO (2 artigos; tabela 2).

Tabela 2

Produções em análise

Autor/Autores	Título do artigo	Periódico	Ano
Geziela lensue	<i>Diversidade, equidade e ações afirmativas para os negros na educação superior brasileira</i>	Revista Direito	2021
Ana Claudia Cruz da Silva et al.	<i>Ações afirmativas e formas de acesso no ensino superior público: O caso das Comissões de Heteroidentificação</i>	Novos Estudos - Cebrap	2020
Neusa Chaves Batista, Hodo Apolinário Coutinho de Figueiredo	<i>Comissões de heteroidentificação racial para acesso em Universidades Federais</i>	Cadernos de Pesquisa	2022
Anna Carolina Venturini, João Feres Júnior	<i>Política de ação afirmativa na pós-graduação: O caso das universidades públicas</i>	Cadernos de Pesquisa	2020
Daniel Cardoso Alves	<i>A trajetória de estudantes quilombolas no ensino superior</i>	Sociologias	2020
Isaias Batista Oliveira Junior	<i>Escola e universidade: Representações sociais de estudantes LGBTQIA</i>	Currículo Sem Fronteiras	2020
Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira & Jennifer Araújo de Souza Bilar.	<i>A experiência de estar na universidade na ótica de um pós-graduando indígena</i>	Arquivos Analíticos de Políticas Educativas	2020
Edson Araújo Diniz Kelly Russo	<i>Trajetórias indígenas na universidade: O direito à educação superior no Rio de Janeiro</i>	Arquivos Analíticos de Políticas Educativas	2020
Adriana Salete Loss, Maria Geralda Oliver Rosa	<i>(In)Visibilidade das vozes no ensino superior: Desafios do pensamento decolonial</i>	Revista Lusófona de Educação, v. 48 n.48	2020
Juliana Corrêa Pacheco, Marina Ortolan Araldi	<i>Gênero e transgeracionalidade: Uma (des)construção</i>	Psicologia USP	2020
Ana Crhistina Vanali, Pedro Vinicius Baptista da Silva	<i>Ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu: Análise da Universidade Federal do Paraná</i>	Cadernos de Pesquisa	2019

Autor/Autores	Título do artigo	Periódico	Ano
Flávia Marinho Lisboa, Ivãna dos Santos Neves	<i>Sobre alunos indígenas na universidade: Dispositivos e produção de subjetividades</i>	Educação & Sociedade	2019
Flávio Carvalhaes, Carlos Antonio Costa Ribeiro	<i>Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional</i>	Revista Tempo Social	2019
Juliana Silva Santos	<i>O discurso sobre as cotas raciais antes da Lei 12 711/2012: Letramentos acadêmicos e a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil</i>	Revista Brasileira de Linguística Aplicada	2019
Assis da Costa Oliveira	<i>Contribuições juvenis para os direitos indígenas.</i>	Revista Direito e Práxis	2019
Maria Alda Tranquelino da Silva et al.	<i>Os saberes docentes de professores da educação de jovens e adultos indígena</i>	Roteiro	2019
Marizete Lucini, Leyla Menezes de Santana	<i>Pedagogia decolonial e educação de jovens, adultos e idosos no contexto de uma sociedade racializada</i>	Roteiro	2019
Antonio Carlos de Souza Lima	<i>Ações afirmativas no ensino superior e povos indígenas no Brasil: Uma trajetória de trabalho</i>	Horizontes Antropológicos	2018
Carlos Henrique Oliveira Dias, Regina Rossetti, Maria do Carmo Romero.	<i>Educação de jovens e adultos na comunidade quilombola do Cafundó</i>	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	2018
Rodrigo Ednilson de Jesus	<i>Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: Estereótipos, silenciamento e invisibilização</i>	Educação em Revista	2018

Com relação as primeiras aproximações de análise dos artigos levantados podemos destacar que o maior número de produções está relacionado a presença dos negros na universidade, principalmente sobre as questões que estudam e discutem as políticas de ações afirmativas. Os 10 artigos mapeados sobre a identidade e cultura negra, ressaltam as tensões vividas pelos sujeitos negros, o crescimento do número de matrículas nas universidades públicas, principalmente entre os jovens negros e os intensos debates que marcam a política de ação afirmativa no espaço acadêmico (Iensue, 2021; Silva et al., 2020; Venturini & Feres Júnior, 2020).

A presença das populações indígenas no ensino superior é assunto trabalhado em 6 produções acadêmicas. Nesses artigos verificamos que o debate do acesso e permanências de acadêmicos indígenas no ambiente universitário, mais precisamente em diferentes universidades públicas brasileiras, são os temas que marcam essa diferença. Assim como nos artigos da identidade negra, a trajetória de vida desses acadêmicos e as tensões e conflitos vividos por eles na universidade também são refletidos e analisados nesses artigos (Lima, 2018; Lisboa & Neves, 2019; Russo & Diniz, 2020).

O acadêmico LBGT é assunto de reflexão em 2 artigos. Considerado uma temática recente de discussão no ensino superior, os trabalhos indicam a necessidade de as instituições universitárias criarem espaços e estratégias para que os acadêmicos percebam as

diferentes maneiras de posicionar a sexualidade defendendo o respeito a todos indistintamente (Oliveira, 2020). Ainda, com relação ao levantamento das produções, 02 artigos mapeados, correspondem a uma discussão mais geral, onde todas essas diferenças mencionadas se fazem presentes.

No tocante às áreas do conhecimento, as produções foram mapeadas em sua maioria nos periódicos de circulação no campo da Educação. Podemos mencionar que 75% dos trabalhos encontrados sobre o assunto estavam concentrados nesse campo de conhecimento. Uma justificativa possível se deve ao contexto da área possuir um grande número de revistas e realizar um diálogo significativo com outras diferentes áreas. Entre as demais áreas, foram encontradas publicações em periódicos no campo da Antropologia, Sociologia, Direito, Psicologia e Linguística.

Uma primeira análise sobre esses dados pode estar relacionada ao maior número de periódicos acadêmicos na área, pois os últimos anos registrou um crescente número de revistas eletrônicas no campo da Educação. Outra situação que pode ser observada vai ao encontro do cenário de pesquisa levantado, pois a busca de produções ocorreu baseada nas questões voltadas à presença da diferença na universidade, no ensino superior ou no ambiente universitário. Com isso, estamos relacionando a circulação do discente em um espaço de aprendizagem.

É importante deixar evidente que muitas pesquisas sobre o assunto são produzidas nas demais áreas mencionadas. Isso não significa uma relação de superioridade da área de Educação, mas pode ser que naquele momento do mapeamento das produções outros descritores ou diferentes buscas poderiam ser realizadas para ir ao encontro dessas outras áreas.

Dentre as produções mapeadas três periódicos acadêmicos acabam se sobressaindo com 2 trabalhos ou mais, em relação aos outros encontrados, foram eles: o periódico *Caderno de Pesquisa*, que pertence a Fundação Carlos Chagas e publica produções na área de Educação desde o ano de 1971, o periódico científico *Roteiro* que está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) e o periódico *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, publicação da Faculdade de Educação Mary Lou Fulton, Arizona State University.

Dialogando com as produções sobre o tema em discussão

Os trabalhos mapeados pelo estado do conhecimento, nos periódicos mencionados, nos convidam a mergulhar nos estudos da diferença, conhecer conceitos e significados que circulam no campo de pesquisa e ainda, verificar a intensa discussão realizada em cada grupo identitário. O conceito de diferença é compreendido nesse artigo como uma marcação da identidade, ou seja, uma característica que durante o encontro com o outro, provoca ou acarreta um certo estranhamento. Para Bhabha (1998) a diferença «é um processo de significação (grifo meu) através do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade» (p. 63). Nessa discussão, cada produção lida e analisada, é um convite a uma nova aprendizagem. As leituras dessas produções vão nos proporcionando e direcionando a novas experiências, a conhecer outros sentidos, contextos, lutas e processos de resistência.

Muitos dos textos trazem em seus escritos a marca de pesquisadores negros, indígenas e LGBT. Isso significa que além de assumir o seu lugar de grupo minoritário, a sua identidade/diferença, a pertença étnica, os escritos representam um coletivo, ou seja, inúmeros outros que sonham, buscam o respeito e esperam por conquistas. Nesses escritos, observamos que muitos falam de um lugar subjugado, marginalizado, inferiorizado e hierarquizado. E a partir deles podemos entender,

outras maneiras de ler, indagar e investigar, de olhar, saber, sentir, escutar e estar que desafiam a razão única da modernidade ocidental, tensionam nossos próprios marcos disciplinados de estudos e interpretação, e façam questionar desde e com racionalidades, conhecimentos, práticas e sistemas civilizatórios e de viver radicalmente distintos.
(Walsh, 2010, p. 222)

Os textos mostram que a universidade tem se mobilizado para tornar-se acessível a presença dos grupos minoritários em seus espaços (Lima, 2018; Lisboa & Neves, 2019; Russo & Diniz, 2020). Segundo Russo e Diniz (2020), esse contexto vem ao encontro da «ação do Ministério da Educação que, ao longo desse período, procurou cumprir as determinações do Plano Nacional de Educação» (p. 2), e da Lei de Cotas que garante o acesso ao ensino superior. Ainda, nessa discussão, é preciso considerar que esses grupos estão organizados e procuram trabalhar e se articular para a conquista de diferentes espaços e a busca pelo respeito e o protagonismo.

Com essa significativa e crescente mobilização universitária em relação a viabilização da diferença e a convivência harmoniosa neste espaço, temos então um contexto rico de problematizações que podem contribuir para o reconhecimento e o respeito dos grupos minoritários. Algumas das investigações levantadas apresentam discussões, por parte de seus autores, no tocante às representações sociais dos acadêmicos LGBT's dentro do espaço acadêmico, trazendo para reflexão alguns pontos que se entrelaçam com as diferenças presentes nas demais produções levantadas, onde diz que,

não importa o quão diferentes possamos ser em termos de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, nossa construção identitária, via de regra, se estabelecerá no contexto das relações sociais, culturais e na demarcação de símbolos, de tal forma que é impossível construirmos uma identidade única, completa, coerente, fixa e imutável. (Oliveira, 2020, p. 291)

Dessa forma, a coexistência das diferenças nos espaços da universidade são parte constituinte dos processos identitários dos sujeitos que transitam neste ambiente. Uma das produções apresentadas enquanto levantamento no presente artigo, discute a presença dos povos indígenas, via ações afirmativas no ensino superior, como sujeitos que «incomodam», tensionam, desestabilizam a estrutura acadêmica, ainda marcada e estabelecida por uma hierarquia, hegemonia e conservadorismo. A partir das leituras analisadas, os conflitos ocorrem porque os acadêmicos indígenas apresentam modos outros de ver, ser e saber, levantando «problemas epistemológicos e conceituais» (Lima, 2018, p. 383).

Ainda, em diálogos com os escritos de Lima (2018), o autor afirma que ações afirmativas, presentes nas universidades, não garantem uma experiência acadêmica positiva para aqueles marcados por sua diferença, já que «as cotas, ou seja, dispositivos de acesso às universidades, ainda que extremamente importantes, não resolviam toda a questão, sobretudo para os povos indígenas» (p. 383).

Com relação as cotas, outra produção que aborda o tema, agora sob o viés da escolaridade de jovens negros, nos convida para compreendermos a necessidade e a importância das políticas de cotas para a re-existência das diferenças no tocante à universidade, ressaltando que «a classificação e a hierarquização dos brasileiros com base em características fenotípicas não podem ser vistas como um fenômeno novo no Brasil, inventado a partir do advento das políticas de cotas para a população negra» (Jesus, 2018, p. 3). Sobre esse assunto, Iensue (2021) argumentam que aquelas,

destinadas ao acesso à educação gera efeitos culturais e psicopedagógicos que transcendem o mero acesso ao ensino superior, atua na redução do preconceito, da discriminação em relação ao grupo beneficiário, desvela e traz à baila a discussão sobre o racismo estrutural brasileiro camuflado pela ideologia da «democracia racial». (p. 26)

Ao adentrar no contexto da diversidade a partir da discussão sobre política de cotas, faz-se muito importante a compreensão de que, apesar do avanço significativo com a Lei 12 711/2012, ainda há uma lacuna de discussão sobre a presença e matrículas de negros e indígenas nas universidades públicas em relação à população branca (Santos, 2019). Sobre o assunto, Jesus (2018) escreve que esse espaço de discussão sobre a racialização histórica, ocorrida em nosso país, nos coloca que ainda hoje «no Brasil, os traços fenotípicos são utilizados como importantes elementos de avaliação social dos indivíduos e, geralmente, se transformam na principal fonte de preconceito» (p. 3). Segundo o autor, esse processo acaba ocorrendo porque, «ainda que o conceito de raça não tenha pertinência biológica alguma, a raça continua a ser utilizada, enquanto uma construção social e cultural, como instrumento de exclusão e opressão» (p. 3). Santos (2019) acrescenta nessa discussão, que,

a visão sobre quem são os sujeitos mercedores de uma vaga no ensino superior é ainda alimentada por um senso-comum de que os aprovados em processos seletivos para o ensino superior têm, necessariamente, de dominar por completo elementos referentes ao campo da leitura e da escrita, uma vez que estas habilidades, hipoteticamente, teriam de ter sido adquiridas na vida escolar básica do estudante. (p. 4)

Por conta disso, Santos (2019) pontua que muitos dos acadêmicos negros que adentram à universidade são enxergados «pelo viés da defasagem, discurso este que, para o caso de alunos cotistas, ignora o histórico de exclusão promovido e sustentado no país desde o regime escravista» (p. 5). Discussões presentes no estudo do autor reforçam a herança colonial, o olhar colonizador e o discurso hegemônico ainda presente nos espaços universitários. Nesse contexto, fica evidente o quanto o viés conservador colabora para a eliminação do outro.

No diálogo entre os estudos e o contexto acadêmico, verifica-se que apesar de tais problemas em torno da política de cotas, que por sua vez contribui para a re-existência das diferenças no âmbito da universidade, Russo e Diniz (2020) apontam em seu texto que «as ações afirmativas mediante as políticas de cotas para o ingresso nas universida-

des públicas têm provocado o polêmico e profundo debate sobre a função pública e social da universidade pública, democrática e brasileira» (p. 14).

Para que pensemos em uma educação superior democrática que contribua para o reconhecimento e o respeito à diversidade, devemos ter em mente que, o exercício do diálogo e a participação da diferença nesse contexto é um grande aliado à construção de perspectivas mais abrangentes, que incluam os sujeitos respeitando sua diferença e contribua para que possamos criar estratégias para romper com o monoculturalismo e o conservadorismo acadêmico.

Em diálogo com Loss e Rosa (2020), observamos o quão é necessário construirmos uma educação superior «libertadora que transformem estes excluídos em protagonistas de suas histórias de vidas, onde os novos saberes propostos e pertinentes a esse universo de desiguais seja considerado e implementado no espaço da universidade» (Arroyo, 2007, 2011; Freire, 1987, 2000, citado por Loss & Rosa, 2020, p. 180).

Ainda, em reflexão às contribuições dos escritos de Loss e Rosa (2020), entendemos que para caminharmos nessa direção é necessário criar e provocar processos de resistência. Processos que são empreendidos por meio do ingresso nas universidades, mas que são emergentes de um contexto de dominação, no qual nos encontramos incluídos, cujo discurso reproduz as depreciações da diferença, a colonialidade,

Sabendo que a estrutura do ensino superior no Brasil nasce sob a gênese da reprodução do poder/saber colonial, portanto, incrustada e representações sociais negativas sobre o negro, o indígena, os trabalhadores/agricultores, entre outros, impõe-se que este movimento de resistência precisa ser constante para quebrar o paradigma dominante do modelo único de conhecimento e de suas pedagogias. (Loss & Rosa, 2020, p. 182)

Nessa direção, ainda em consonância com o pensamento das autoras, vivemos sob uma organização em que «o modelo excludente do Estado neoliberal articulado ao paradigma da colonialidade não garante possibilidade de uma educação problematizadora, libertadora, cidadã» (Loss & Rosa; 2020, p. 182), dificultando a construção de um espaço acolhedor e que estimule o protagonismo de sujeitos outros. Dessa forma, só conseguiremos transformar o ambiente acadêmico em um espaço de luta a partir de pedagogias outras, que proporcionem a participação de sujeitos outros e a contribuição destes para a desconstrução da concepção estereotipada e demonizada que a discurso colonial propaga sobre a diferença (Walsh, 2005, 2009, 2013 citado por Loss & Rosa, 2020).

Lucini e Santana (2019), dialogando com Walsh, apontam para a desestruturação da colonialidade por meio de pedagogias decoloniais, que são construídas por através da articulação de saberes de sujeitos outros, sujeitos esses que foram subalternizados, marginalizados, hierarquizados, subjugados e inferiorizados no processo sócio-histórico que leva a marca da colonização. Sendo assim,

evocar um conhecimento outrora marginalizado, dando-lhe visibilidade crítica, parece-nos ser um dos objetivos da pedagogia decolonial, que é entendida para além da transmissão do saber por meio do ensino, «[...] como processo e prática sociopolíticos produtivos e transformadores assentados nas realidades, subjetividades, histórias e lutas das pessoas, vividas num mundo regido pela estrutura colonial». (Walsh, 2009, p. 26, citado por Lucini & Santana, 2019, p. 4, grifo do autor)

O contexto universitário, que abrange todas as questões aqui discutidas relacionadas à diferença dos sujeitos negros, indígenas e LGBT's, torna-se um espaço em que a diversidade se faz presente, mesmo às vezes não sendo respeitada. Entretanto, ainda que com uma acolhida negativa das diferenças, a existência delas resistentemente reforça que «ao lado do direito à igualdade reconhece-se ainda o direito à diferença resguardando a igualdade, mas respeitando a diversidade» (Iensue, 2021, p. 3).

Mediante às discussões que a diversidade do espaço acadêmico promove, Lima (2018) focaliza na questão da diferença indígena, mas é importante ressaltar que a problemática, em questão, se estende para outras dimensões étnico-raciais, de gênero e outros. O autor nos convida a observar a importância da cooperatividade universitária na promoção de pesquisas que abordem à diversidade enquanto temática, quando nos apresenta por meio dos escritos o quanto nos,

devíamos coordenar esforços de ação em rede com outras universidades, no sentido de acumular e potencializar a capacidade operacional e investigativa que pudesse contribuir para a mudança das instituições de ensino superior, de modo a torná-las plurais e democráticas e, simultaneamente, mais qualificadas e melhores, assim como sua prática mais bem conhecida. (Lima, 2018, p. 414)

E isso nos leva a pensar na competitividade que o mercado impõe, colocando sobre a universidade um contexto de hierarquização dos conhecimentos, sendo mais ou menos reconhecida a partir do desempenho pautado em um modelo ainda cartesiano, fazendo com que este espaço de disputa seja ainda mais rude em relação ao acolhimento e o res-

peito à diferença. Silva e Silva (2019), sobre isso, apresentam um contraponto a partir da perspectiva indígena, argumentando que entre os povos indígenas não existem melhores ou piores saberes, «trata-se de saberes diferentes, havendo a participação de todos no processo educativo, durante toda a sua vida» (p. 6).

Neste sentido, a diferença manifesta-se em contraposição e resistência ao modelo educacional hegemônico e eurocêntrico que herdamos da catequização jesuítica. E a perspectiva indígena rompe ainda mais com esse modelo quando nos apresenta uma organização educacional «em que os interesses se pautavam nas necessidades comuns ao grupo, realizando-se igualmente, de forma espontânea e integral, em vários momentos da vida» (Silva & Silva, 2019, p. 6).

No rastro dessa discussão, ainda que de forma incipiente, compreendemos que os trabalhos com os quais estabelecemos diálogos até aqui, articulados, colaboram para a compreensão da universidade enquanto um universo plural e que se consolida como um espaço de reivindicações multifacetadas, uma vez que engloba as diferenças e proporciona a relação dialógica entre elas. Observamos que ao problematizar as questões dos grupos minoritários no ensino superior, os elementos que são pautas de discussão, debate e enfrentamento para a construção de um espaço de diálogo, autonomia e respeito são fatores sempre presentes na ordem do dia. Por esse motivo, que nas produções apresentadas esses assuntos atravessam os estudos e em determinados artigos são posicionamentos políticos em busca da qualidade do acesso e da permanência.

Na leitura e análise das produções, identificamos que além de pesquisas relevantes para cada dimensão investigada, os artigos selecionados são passíveis de articulação teórica com outros campos de conhecimento, o que possibilita a emergência de reflexões interculturais e multidisciplinares, tornando-se fatores contribuintes para a re-existência da diversidade.

Considerações finais

O texto ressalta a relevância de trabalhos do tipo estado do conhecimento, primeiro por nos apresentar os caminhos que já foram percorridos até aqui, para que continuemos adiante; segundo, pela quantidade e densidade das reflexões que a articulação com trabalhos de diferentes temáticas nos proporcionam; e terceiro, pela possibilidade de fazer emergir questões outras em relação à diferença, que até então não eram vistas ou mesmo silenciadas propositalmente pelo currículo, ainda, monocultural, da universidade.

Dessa maneira, colocamos em evidência também a importância de projetos como o «¿Qué universidad salesiana para los jóvenes de hoy?: Escuchando las voces de sus estudiantes», pois a partir de iniciativas como essa, são possíveis as construções de reflexões interconectadas como a que propusemos.

Sendo assim, olhar para os trabalhos selecionados a partir da proposta do projeto, através de nossas lentes acadêmicas atravessadas pelos estudos da identidade e diferença, torna iminente a elaboração de análises outras que cooperem na luta para a construção de uma universidade acolhedora, que não somente respeite as diferenças mas que a reconheça como parte constituinte do espaço universitário, participando dos processos de construção identitária de todos os sujeitos que estão em diálogo com elas (Hall, 2020).

Reconhecendo a insuficiência teórica de abordagens que se baseiam em uma única dimensão constitutiva da sociedade, esperamos ter apresentado neste artigo a importância da diversidade não apenas em espaço universitário mas em um contexto sociocultural e também teórico-metodológico, mostrando o quão diversas são as possibilidades de produção de conhecimentos sob perspectivas múltiplas que resistam ao monoculturalismo e que contribuam para a construção de uma sociedade mais inclusiva e menos assimiladora.

Referencias

- Bhabha, H. K. (1998). *O local da cultura*. Editora UFMG.
- *Alves, D. C. (2020). A trajetória de estudantes quilombolas no ensino superior. *Sociologias*, 22(54), 376-381.
- *Carvalhoes, F., & Ribeiro, C. A. C. (2019). Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *Tempo Social*, 31(1), 195-233. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035>
- *Chaves, N., & Figueiredo, H. A. C. (2022). Comissões de heteroidentificação racial para acesso em universidades federais. *Cadernos de Pesquisa*, 50(177), 865-881. <https://doi.org/10.1590/198053147264>
- Dias, C. H. O., Rossetti, R., & Romero, M. C. (2018). Educação de jovens e adultos na comunidade quilombola do Cafundó. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 13(4), 1568-1579. <https://doi.org/10.21723/riace.unesp.v13.n4.out/dez.2018.8845>
- Hall, S. (2020). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Lamparina.

- Hammes, D. D., Junior, F. L., & Mattos, L. K. de. (2020). A eficiência dos gastos públicos no ensino superior: um estudo com universidades federais brasileiras. *Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 28(109), 1076-1097. <https://doi.org/k9fg>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo escolar da educação básica*.
- *Tensue, G. (2021). Diversidade, equidade e ações afirmativas para os negros na educação superior brasileira. *Revista de Direito*, 13(1), 01-31. <https://doi.org/k9fh>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2018). *Censo da educação superior*.
- *Jesus, R. E de. (2018). Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. *Educação em Revista*, (34), 1-18. <https://doi.org/10.1590/0102-4698167901>
- *Lima, A. C. S. (2018). Ações afirmativas no ensino superior e povos indígenas no Brasil: uma trajetória de trabalho. *Horizontes Antropológicos*, 24(50), 377-448. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832018000100013>
- *Lisboa, F. M. & Neves, I. S. (2019). Sobre alunos indígenas na universidade: dispositivos e produção de subjetividades. *Educação & Sociedade*, (40), 1-20. <https://doi.org/k9fj>
- *Loss, A. S. & Rosa, M. G. O. (2020). (In)visibilidade das vozes no ensino superior: desafios do pensamento decolonial. *Revista Lusófona de Educação*, 48, 169-184.
- *Lucini, M. & Santana, L. M. (2019). Pedagogia decolonial e educação de jovens, adultos e idosos no contexto de uma sociedade racializada. *Roteiro*, 44(1), 1-18. <https://doi.org/10.18593/r.v44i1.15451>
- Meyer, D. E. & Paraíso, M. A. (2014). Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. En D. E. Meyer, M. A. Paraíso (Orgs.), *Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação* (pp. 07-14). Mazza Edições.
- Morosini, M. C. & Fernandes, C. M. B. (2014). Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação por Escrito*, 5(2), 154-164. <https://doi.org/k9fk>
- *Oliveira, A. C. (2019). Contribuições juvenis para os direitos indígenas. *Revista Direito e Práxis*, 10(2), 1261-1290. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40471>
- *Oliveira, I. B., Jr. (2020). Escola e universidade representações sociais de estudantes LGBTQIA. *Currículo sem Fronteiras*, 20(1), 290-312. <https://doi.org/k9fm>
- *Pacheco, J. C., & Araldi, M. (2020). Gênero e transgeracionalidade: uma (des)construção. *Psicologia USP*, (31), 1-10. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190140>
- Paraíso, M. A. (2014). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. En D. E. Meyer &

- M. A. Paraíso (Orgs.), *Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação* (pp. 15-30). Mazza Edições.
- *Pereira, G. F. de S. F., Amaral, W. R. do, & Bilar, J. A. B. (2020). A experiência de estar na universidade sob a ótica de uma indígena estudante da pós-graduação. *Education Policy Analysis Archives*, 28(158), 1-18. <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4791>
- República Federativa do Brasil. (2012). *Lei n.º 12 711*. Diário Oficial da União.
- *Russo, K., & Diniz, E. A. (2020). Trajetórias indígenas na universidade: o direito ao ensino superior no Rio de Janeiro. *Education Policy Analysis Archives*, 28(78), 1-25. <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4708>
- *Santos, J. S. (2019). O discurso sobre as cotas raciais antes da Lei 12 711/2012: Letramentos acadêmicos e a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 19(1), 1-28. <https://doi.org/10.1590/1984-6398201912962>
- *Silva, A. C. C., Cirqueira, D. M., Rios, F. & Alves, A. L. M. (2020). Ações afirmativas e formas de acesso no ensino superior público: o caso das comissões de heteroidentificação. *Novos Estudos Cebrap*, 39(2), 329-347. <https://doi.org/k9fn>
- *Silva, M. A. T. & Silva, E. J. L. (2019). Os saberes docentes de professores da educação de jovens e adultos indígenas. *Roteiro*, 44(2), 1-20. <https://doi.org/10.18593/r.v44i2.17496>
- Souza, T. S., Sá, S. & Castro, P. A. (2019). Evasão escolar no ensino superior: um estudo qualitativo via mapeamento de licenciaturas. *Revista Lusófona de Educação*, 44(44), 63-82. <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle44.04>
- *Vanali, A. C., & Silva, P. V. (2019). Ações afirmativas na Pós-Graduação Stricto Sensu: análise da Universidade Federal do Paraná. *Cadernos de Pesquisa*, 49(171), 86-108. <https://doi.org/10.1590/198053145911>
- Vasconcelos, A. M. N. (2016). Juventude e ensino superior no Brasil. En, T. Dwyer (Orgs.), *Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira* (pp. 125-138). Ipea.
- *Venturini, A. C. & Feres, J. (2020). Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, 50(177), 882-900. <https://doi.org/10.1590/198053147491>
- Vieira, C. M. N., Abreu, A. J. (2021). A pedagogia guarani nas percepções dos professores guarani e kaiowá do Mato Grosso do Sul. *Revista de Educação Pública*, 30(6), 1-20. <https://doi.org/10.29286/rep.v30ijan/dez.11729>
- Walsh, C. (2010). Estudios (inter)culturales en clave de-colonial. *Tabula Rasa*, (12), 209-227. <https://doi.org/10.25058/20112742.393>